
O CONTINENTE AFRICANO E O FUTURO DAS REGIÕES PERIFÉRICAS NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO

THE AFRICAN CONTINENT AND THE FUTURE OF PERIPHERAL REGIONS IN THE PERIOD OF GLOBALIZATION

Cristiano Nunes Alves¹
Livia Cangiano Antipon²

*Tua presença, minha Mãe – drama vivo duma Raça
drama de carne e sangue
que a vida escreveu com a pena de séculos.*

Pela tua voz

*Vozes vindas de canaviais dos arrozais dos cafezais
[dos seringais dos algodoais...
Vozes das plantações da Virgínia
Dos campos das Carolinas
Alabama
Cuba
Brasil...
Vozes dos engenhos dos banguês das tongas
[dos eitos das pampas das usinas
Vozes do Harlem District South
Vozes das senzalas
Vozes gemendo blues, subindo do Mississipi,
[ecoando dos vagões.
Vozes chorando na voz de Carrothers:
Lord God, what will have we done
Vozes de toda a América. Vozes de toda a África.
Vozes de todas as vozes, na voz altiva da Langston
Na bela voz de Guillén...*

(Mamã Negra. Viriato da Cruz. Angola)

¹ Professor Doutor Adjunto do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: cris7cris7@yahoo.com.br.

² Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: liviacangiano@gmail.com.

Agradecimentos à Kauê Lopes dos Santos, Pós-doutorando em Geografia Humana da Universidade de São Paulo/Postdoctoral Visiting Fellow at London School of Economics, UK.

Artigo recebido em março de 2020 e aceito para publicação maio de 2020.

RESUMO: Região periférica da globalização, o continente africano é marcado por fluxos materiais e imateriais articulados a processos criadores de desigualdades. Trata-se de uma história territorial cindida pelo processo colonial, cujo entendimento torna-se crucial para uma reflexão mais profunda sobre o período contemporâneo. Em um primeiro momento, destacamos os processos e eventos geográficos embutidos na gênese e no desenvolvimento das formações socioespaciais africanas. Em seguida, destacamos os papéis da África na divisão territorial do trabalho, pondo em relevo os recursos, interesses e conflitos associados à questão. Em um terceiro momento, abordamos as nuances do fato urbano africano. Por fim, refletimos sobre a riqueza cultural das regiões periféricas, característica dos países do sul do mundo.

Palavras-chave: África. Região. Periferia. Globalização. Epistemologias do sul.

ABSTRACT: A peripheral region of globalization, the African continent is marked by flows of different natures, linked to processes that create inequality. It is a territorial history divided by the colonial process, whose understanding becomes crucial for a deeper reflection on the contemporary period. At first, we highlight the geographic processes and events embedded in the genesis and development of African socio-spatial formations. Next, we highlight the roles of Africa in the territorial division of labor, highlighting the resources, interests and conflicts associated with the issue. In a third moment, we approach the nuances of the African urban fact. Finally, we reflect on the cultural wealth of the peripheral regions, a characteristic of the south country of the world.

Keywords: Africa. Region. Periphery. Globalization. Southern epistemologies.

INTRODUÇÃO

Abordar o continente africano significa analisar quase um quarto da superfície do planeta e 10% da população mundial – percentual que deverá dobrar até 2050 (ONU-Habitat, 2012). Trata-se da “última fronteira do capitalismo global” (SARAIVA, 2015), região periférica da globalização, entendida enquanto um período específico da história territorial de expansão do capitalismo, marcado por fluxos de naturezas diversas, articulados a processos criadores de desigualdades (HARVEY, 2005; SANTOS, 2010 [1978]; 2000).

Sabe-se que a atual dinâmica do sistema-mundo (DOLLFUS, 1993), pautada na lei do desenvolvimento desigual e combinado (TROTSKI, 2007 [1929]; SMITH, 1988), inerente à espacialização do capitalismo em âmbito mundial, ampara-se em uma divisão territorial do trabalho fundada na assimetria de poder. Fruto dessa divisão, de um lado, constituem-se regiões do mandar, áreas concentradoras de poder decisório na ordem global, e de outro, configuram-se regiões do fazer, ora acatando, ora negando decisões, pois em razão de sua condição periférica na ordem mundial, situam-se de maneira subordinada às lógicas globais (SANTOS, 1996). Eis a condição do continente africano, pertencente à periferia do capitalismo global.³

Ao abordar tal condição da África, refletindo sobre o futuro das regiões periféricas no período da globalização, recordamos que o conceito de região pressupõe a delimitação de subespaços, aproximando-nos da concepção de geografia enquanto a ciência da diferenciação de áreas (HARTSHORNE, 1978). Sabe-se que em um momento de primazia

do modo de produção capitalista, a raiz etimológica da palavra região, parece se perder, pois, rege, poder e ordenar não se mostram hoje como ações contidas dos subespaços regionais (LENCIONI, 1999; SANTOS, 1996), sobretudo os periféricos. Este fato não implica no abandono da noção de região, mas em sua ressignificação, considerando que, de modo distinto da categoria, o conceito conjuga-se ao seu tempo.

Desse modo, o esforço de pensar tal continente, não nos pode deixar perder de vista a existência de “diversas Áfricas”, uma imensa região, composta por inúmeras outras regiões menores, cada qual com a suas singularidades e possibilidades de existência.

Trata-se de uma história territorial cindida pelo processo colonial, cujo entendimento torna-se crucial para uma reflexão mais profunda da condição periférica do continente africano no período da globalização contemporânea.

Operacionalizando essa temática, baseamos nossa metodologia em: 1) levantamento bibliográfico e documental em arquivos impressos e digitais; 2) trabalhos de campo com técnicas de descrição densa (GEERTZ, 1989 [1973]); 3) registros fotográficos e audiovisuais.

Assim, estruturamos a nossa abordagem do seguinte modo: em um primeiro momento, destacamos os processos e eventos geográficos embutidos na gênese e no desenvolvimento das formações socioespaciais africanas (SANTOS, 1977). Em seguida, destacamos os papéis da África (das Áfricas) na divisão territorial do trabalho, pondo em relevo os recursos existentes nos territórios africanos, bem como os interesses e conflitos associados à questão. Em um terceiro momento, abordamos o fato urbano africano – quiçá o mais pulsante produto do período da globalização e um processo em evidência na região. Falamos em um crescimento econômico o qual, todavia, ocorre acompanhado da produção de desigualdades, implicando em um desafio para o futuro da África: escapar de uma lógica desigual perversa, face da globalização como fato (SANTOS, 2000).

Na sequência, em nossas considerações finais, refletimos sobre a riqueza cultural das regiões periféricas, o chamado “sul global”, trazendo à tona os debates acerca das epistemologias do sul (SANTOS; MENESES, 2010). Propomos, assim, um exercício de problematização, considerando os lugares como depositários da realização da vida de relações, prenes de rigidez, mas, também, de espontaneidade – substâncias do cotidiano dos países periféricos (SANTOS, 1996; RIBEIRO, 2003).

UM OLHAR PARA AS FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS AFRICANAS: RIQUEZA CULTURAL, PILHAGEM COLONIAL E LUTA POR AUTONOMIA

Para Santos (1977) a noção de formação socioespacial indica a evolução particular das sociedades, explicada a partir de seu quadro próprio de produção – ou seja, o trabalho da sociedade para transformar o espaço – e de sua relação com as forças externas. Trata-se de uma ferramenta teórico-empírica de suma importância para conhecer a história territorial das regiões, compreendidas enquanto partes de uma totalidade, pois se encontram em relação com as mais diversas escalas e processos espaciais.

A esse termo, de acordo com Barbosa (2012), são centrais para entender a história africana dois períodos: (1) entre 10 mil a. C. e o Século XII d. C., correspondendo ao processo de sedentarização; e (2) entre os séculos XII e XIX, com o desenvolvimento de sociedades complexas, cujo processo foi interrompido pelo colonialismo europeu.

Por outro lado, também devem ser destacados eventos importantes os quais determinam a história africana. Recordar-se, desse modo, o desenvolvimento da sociedade egípcia (3200

a. C. – 332 a. C.) e da sociedade berbere-magrebina (146 a. C. – Século XIV d.C.), fenômeno fortemente caracterizado pela difusão do islamismo, a partir do Século VII.

No século XVI, acentua-se a presença europeia no continente africano, como resultado do colonialismo. A este momento, três eventos devem ser associados: (1) a diáspora africana causada, sobretudo, pelo tráfico escravista; (2) a resistência ao colonialismo, a qual, embora sempre tenha se manifestado, ganharia densidade, especialmente a partir do século XIX; e (3) a parcial organização extravertida dos territórios, obedecendo às lógicas alheias a realidade africana, gênese da condição periférica a qual hoje se organiza a região.

Assim, como apontado, ao contrário do discurso eurocêntrico, a história dos territórios africanos, de suas sociedades e de seus povos, de modo algum é tributária da política colonial imperialista. Nessa perspectiva, Lepine (2007) sublinha que no continente africano, sofisticadas sociedades desenvolveram grandes sistemas políticos e governamentais, acumulando e difundindo inestimável conhecimento matemático, médico e astronômico, bem como criando uma singular riqueza artística e arquitetônica, vide as cidades e monumentos antigos presentes na quase totalidade do território magrebino (Figura 1).



Fonte: dos autores (Janeiro de 2019)

Figura 1. Grande Mausoléu da Mauritânia (construído em 3 a.C.), Tipasa, Argélia

Inúmeras formações socioespaciais africanas, malgrado as inestimáveis contribuições culturais, são tidas como sem história – ideologia apoiada no fato de muitos desses povos terem deixado poucos indícios físicos, como pontua Beloeil-Benoist (2015), tanto pela falta de arquivos escritos, pois baseadas na tradição oral, quanto pelo uso de materiais que não resistem ao tempo, tais quais a argila ou o adobe, não deixando como legado sua arquitetura, caso dos povos Quaddai (Chade) ou Bornou (oeste africano).

Retrato da riqueza cultural africana, as 2.200 línguas (sobre)viventes no continente representam atualmente mais de 30% das línguas do mundo. Trata-se do reflexo de uma imensa amálgama de povos e costumes, muitos deles separados ou postos lado a lado, em virtude da invasão imperialista, cujos novos desenhos fronteiriços, estrategicamente desdenharam de toda uma historicidade, prenhe de conflitos e associações, resultantes de processos arraigados à lógica de funcionamento interna aos territórios africanos. Fruto da arbitrária criação de estados-nações – contexto no qual as diversas etnias foram obrigadas a construir um consenso nacional posterior a delimitação espacial imposta pelo europeu (o inimigo comum) –, hoje boa parte dos africanos demonstram o seu pertencimento e a sua ligação a uma região, referindo-se a sua etnia e não ao seu país de origem.⁴

A esse termo, urge lembrar o quão brutal foi a chamada “partilha da África”, institucionalizada no Congresso de Berlim (1884-1885), implicando em uma longa e sistemática pilhagem de toda sorte de recursos africanos. Fora neste contexto, que em nome da “missão civilizatória”, ocorreram as mais diversas atrocidades contra os povos africanos, tais quais as cometidas no Congo pelo Rei Leopoldo II (Bélgica), episódio que ficou conhecido como o “holocausto negro”.

Lembra-nos Deneux (2006) que a geografia colonial (organizada em países como a França, a Alemanha ou o Reino Unido) pautou-se na defesa do genocídio negro, cujo discurso estaria na suposta honra nacional em ultramar, na prosperidade comercial e nos interesses da ciência – tudo em nome da tal missão civilizatória. Movimentada por funcionários públicos, militares e intelectuais diversos, dentre os quais, geógrafos, a geografia colonial implicou na criação de boletins e sociedades geográficas, bibliotecas e cursos de geografia.

Por outro lado, militaram contra a postura imperialista dos colonizadores, geógrafos como Elisée Réclus e Piotr Kropotkin, este último responsável por um discurso⁵ proferido na “Royal Geographical Society” (Londres) em meio à corrida pela partilha da África, denunciando o escravismo e a pilhagem perpetrados pelos europeus.

Acreditamos na importância de destacar que o colonialismo e o imperialismo, processos base para a pilhagem da África, foram os impulsionadores da passagem da primeira fase da globalização, amparada no mercantilismo, no protecionismo e na acumulação de metais preciosos, para uma fase mais avançada, pautada na revolução industrial, tributária em larga escala da drenagem imperialista de recursos humanos e naturais do continente europeu.

Falamos de um período da história decisivo para o ajustamento da dinâmica do sistema-mundo contemporâneo, pautado numa relação centro-periferia, com o comando dado pelo que se convencionou chamar de “norte do mundo”, representado pelos países “desenvolvidos”, enquanto a posição marginal coube ao “sul do mundo”, encarnado nos países “subdesenvolvidos”, justamente os colonizados.

Implicação direta do colonialismo, configurando-se tanto como fruto da diáspora africana, quanto uma resposta aos invasores, surge nos países de colonização inglesa, no final do Século XIX, o movimento pan-africano (PAIM, 2014). Alicerçado nas premissas de libertação e integração da África, trata-se de um marco na história do pensamento africano, tentativa de romper com a condição periférica do continente.

Muitos foram os pensadores que lutaram pelo ideal de uma África autônoma. Dentre eles, figuras como Henry Silvester Williams, William Edward Burghardt Dubois, Booker T. Washington, Marcos Garvey, Frantz Fanon, Patrice Lumumba e Edward Blyden. Este último propusera constituir o movimento, a partir do diálogo entre o islamismo, o cristianismo e as cosmogonias africanas, defendendo a ideia de que a cultura de fora do continente africano deveria ser acolhida, todavia, de maneira crítica (SARAIVA, 2015).

Observa-se que a ideia do pan-africanismo guarda em si uma conexão com a dinâmica do sistema-mundo e da globalização, na medida em que se baseia no acolhimento de elementos externos à África, ao mesmo tempo em que defende o resgate das tradições do continente, cujas ameaças advêm dessas forças externas.

Mais tarde, nos anos 1960, contexto das independências africanas – o *Soleil des Indépendances* – surgia em Adis Abeba (Etiópia) a Organização da Unidade Africana (OUA), a qual seria transformada na atual União Africana (UA), uma tentativa institucional dos africanos, visando lutar pelos interesses internos ao continente e conduzindo a uma ampla política baseada na libertação anticolonial.

Não se tratou o *Soleil des Indépendances* de um processo pacífico. Pelo contrário, em muitos casos implicaram-se as guerras pela independência. A esse termo, simultaneamente à Guerra da Argélia (1954 –1962), ocorria o massacre de argelinos em Paris, no ano de 1961. Durante estágio na Universidade de Paris 3 e 7 (2011-2012), pudemos perceber que, mesmo ainda hoje, trata-se de um tema velado na sociedade francesa, apenas recentemente “reconhecido” pelo então presidente francês à época, François Hollande (Figura 2).



Fonte: arquivo pessoal dos autores (Outubro de 2012)

Figura 2. Jornal Libération estampa em sua capa, no dia 19 de outubro de 2012, a confissão do crime de Estado francês, assumindo o massacre de argelinos na marcha pela independência, em 1961.

É salutar lembrar que no âmbito da disciplina geográfica europeia, boa parte dos geógrafos do “mundo desenvolvido” silenciou frente às violências cometidas pelos “colonizadores” durante esses conflitos independentistas. Exceção a essa postura conivente, destacam-se Jean Dresch e os geógrafos da chamada geografia ativa, como Pierre George, Yves Lacoste e Bernard Kayser.

Ainda no que tange à busca de autonomia por parte dos africanos, o senegalês Cheikh Anta Diop formulou nos anos 1940 o conceito de “Renascença Africana”, pautado na renovação cultural, política e científica do continente, ideia que ganhou corpo, sobretudo

nos anos 1990, com a ação de Nelson Mandela contra o *Apartheid* – regime de segregação racial instituído pelo Estado na África do Sul. Hoje, por meio desse conceito, defende-se o fortalecimento econômico, o amparo à democracia e a inserção da África na geopolítica internacional, norteados-se, assim, uma série de reflexões e práticas em diversos lugares do continente, caso da ação do African Renaissance Institute, em Pretória, África do Sul.

No entanto, como veremos, a busca pela autonomia africana no período da globalização, não ocorre livre das contradições inerentes à dinâmica do espaço geográfico, acentuadas pela desigual e combinada mundialização do capitalismo, privilegiando certos atores e regiões em detrimento de outros, considerando, portanto, o território como um recurso (GOTTMANN, 1975).

OS PAPÉIS TERRITORIAIS DA ÁFRICA NO MUNDO GLOBALIZADO: SOBRE RECURSOS E CONFLITOS

De acordo com Saraiva (2015), três linhas sintetizam o destaque da África no início do século XXI, quicá indícios para refletirmos sobre o futuro dessa região no período da globalização: (1) o avanço da democracia e contenção de conflitos armados; (2) o crescimento econômico; e (3) os “renascimentos” culturais e políticos, elevando a autoconfiança das elites.

O interesse pelo continente africano acontece, pois, a exemplo de outros lugares periféricos – caso da América Latina –, se trata de uma região chave na reorganização capitalista no atual estágio da globalização. Não por acaso, se observa o fato da África vir sendo tratada como área prioritária “para novas áreas e carteiras de empréstimos do Banco Mundial” (SARAIVA, 2015).

A densidade de recursos africanos sejam eles minerais, energéticos ou humanos, é um dos fatores para entender o porquê do interesse no continente por parte dos atores do mundo globalizado.

A África é responsável por 66% da produção de diamante, proveniente basicamente do Congo, de Botswana, da África do Sul e de Angola. O continente detém, ainda, 58% da reserva de ouro mundial, 45% do cobalto, 17% do manganês, 15% da bauxita e 15% do zinco (SARAIVA, 2015).

O continente africano responde igualmente por 10 % da produção mundial de petróleo, oriunda especialmente da Angola, da Guiné Equatorial, da Nigéria, do Egito e da Líbia. O fator petróleo nos ajuda a entender o interesse estadunidense na Nigéria (HARVEY, 2014), bem como a Operação Harmattan – ocupação militar do governo francês no território libiano, em 2011.

Por sua vez, a posição periférica da África no sistema-mundo contemporâneo, ajuda-nos a compreender o porquê de mais da metade do desempenho de crescimento do continente corresponda à instalação de infraestruturas das mais diversas naturezas (FOSTER; BRICEÑO-GARMENDIA, 2010).

Lócus de investimentos em ascensão, no decênio 2003-2013, a chamada África do Sul do Saara, região mais pobre do mundo, cresceu numa média de 5,5% ao ano, tendo o continente mantido inflações médias na casa dos 6% (SARAIVA, 2015). No que tange ao crescimento anual do PIB, o desempenho africano, sobretudo desde 2008, é superior ao observado na Europa e nas Américas.

Nessa via, a estratégia chinesa de investimento no continente africano se mostra um dos mais importantes aspectos rumo ao entendimento das novas relações econômicas no mundo

contemporâneo. Segundo Saraiva (2015), “não há capital na África sem uma obra pública imponente feita com recursos chineses” – reflexo de uma operação baseada nos seguintes itens: (1) exportação do modelo chinês de relações internacionais; (2) exportação de bens industriais, incluindo armas; (3) importação de produção primária, especialmente mineral, instrumentais à manutenção do crescimento chinês; e, por fim, (4) investimento em redes e sistemas-técnicos, como aeroportos, estradas, portos e parques industriais e logísticos. Destaca-se, também, a presença de investimentos europeus na África – os maiores já mensurados (com destaque para a França); estadunidenses, seguidos por investimentos indianos, japoneses e, também, brasileiros.

Fator estrutural de longo termo, desde o início dos anos 2000, o fluxo de capitais no continente é positivo, invertendo uma tendência que vinha desde os processos de independências. Tal fenômeno deve-se, não apenas aos investimentos externos, mas, também, às remessas de capitais decorrentes da diáspora africana, o que representa, desde 2010, cerca de 50 bilhões de dólares anuais (5% do PIB africano), cifra maior que a ajuda pública ao desenvolvimento (SARAIVA, 2015).

Além de despertar o interesse dos poderes hegemônicos mundiais, as riquezas e possibilidades contidas em terras africanas tem sido o motivo para conflitos como os ocorridos no oeste e no centro da África, em torno dos chamados “diamantes de sangue”.

Nesse sentido, cumpre sublinhar que, embora o número de países africanos com conflitos armados tenha caído nos últimos dez anos de treze para cinco (BESSET, 2014-2105), a desestabilização de Estados por conta de conflitos intra-estatais de cunho econômico, étnico e religioso, ainda é um elemento característico do continente africano.

Chama atenção as recentes tensões causadas por radicais islâmicos (Boko Haram, Shebabs, entre outros) em países como o Senegal, a Mauritânia, o Mali e o Níger. Por outro lado, na África central os conflitos envolvem nômades e sedentários, agricultores e pastores, opondo etnias como os Lendus e Hemas no Congo ou os Tutsis e Hutus em Ruanda e Burundi.

Cabe, também, destacar a surpresa diante da posição de estudiosos da questão, caso de Réveillard (2009), com o insistente foco na dita “fraqueza dos governos africanos”, deixando de lado o longo e tortuoso processo estrutural resultante dos anos de exploração colonialista, bem como a já citada cobiça em torno dos recursos do continente. Claro que o pensamento africanista deve avançar para além do peso histórico do colonialismo, entretanto, como explicar tais fenômenos aqui discorridos, sem trazer à tona o cerne do problema e suas decorrentes rupturas históricas e territoriais?

O FATO URBANO E O DESAFIO AFRICANO: DO CRESCIMENTO ECONÔMICO À REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIOTERRITORIAL

A África experimenta em tempos recentes um acelerado processo de urbanização, condição e resultado do crescente interesse externo pelo continente no atual período da globalização. Isto, pois, referimo-nos a uma região na qual a fixidez do meio ambiente construído é relativamente menor, se comparada à América Latina ou Ásia, por exemplo, destacando-se, assim, como potencial válvula de escape para a voracidade do capital e a sua incessante necessidade de se expandir (HARVEY, 2005).

A associação entre fluxos migratórios e crescimento demográfico no continente africano implicou numa taxa de urbanização de 40% no ano de 2014, o que corresponde a cerca de 300 milhões de pessoas vivendo nas urbes africanas. Vertiginoso aumento se comparado aos 27% observados em 1980 ou aos 3% do ano de 1900 (ONU-Habitat, 2012).

Três cidades concentram 7% da população urbana africana: Cairo (Egito), com 22 milhões de habitantes; Lagos (Nigéria), com 11 milhões e Kinshasa (Congo), na qual vivem 9 milhões de pessoas. Por outro lado, metade da população urbana vive em cidades com menos de 200 mil habitantes.

Calcula-se que, até o ano de 2030, a taxa de urbanização ultrapasse os 50%, isto é, a África abrigará, então, uma população urbana de 760 milhões de pessoas, chegando ao número de 1,26 bilhões no ano de 2050 (ONU-HABITAT, 2012).

A África ao Sul do Saara tem hoje 53 cidades com mais de um milhão de habitantes e estima-se que esse número chegue a 70 no ano de 2025. Para que se entenda a escalada de crescimento dessas aglomerações, lembremos que no ano de 1950, essa grande região africana não tinha nenhuma cidade desse porte (ONU-HABITAT, 2012).

Segundo Buchy (2015), a atual transição urbana africana – como visto absolutamente acelerada – seria o evento mais importante em curso no continente desde os processos de independência nos anos 1960.

Hoje, para o autor supracitado, as cidades africanas engajadas em projetos de reestruturação urbana, não se mostram apenas como espaços de pobreza e violência urbana, mas, também, como espaço “geoeconômico”, de abertura e construção de redes sociais e novas solidariedades.

Um dos mais vívidos traços espaciais da globalização, o processo de metropolização – aprofundamento qualitativo e quantitativo do fato urbano – se espalha pelo continente africano, especialmente em sua porção ocidental (MORICONI-EBRARD; HARRE; HEINRIGS, 2016), região marcada por intensos fluxos migratórios, resultantes do êxodo rural (MARC; VERJEE; MOGAKA, 2015).

Por outro lado, o abrupto aprofundamento do fato urbano implica que poucos países africanos tenham uma rede urbana estabelecida, como as da África do Sul e da região setentrional africana, o chamado Magreb (Figura 3). No mais, predominam redes urbanas monocefálicas (Figura 4), com uma grande cidade ou metrópole, diretamente atachada às cidades intermediárias.



Fonte: dos autores (Dezembro de 2018)

Figura 3. Sistema de transporte sobre trilhos em Orã, segunda maior cidade da Argélia.



Fonte: dos autores (Julho de 2015)

Figura 4. Sistema de transporte coletivo em Adis Abeba, Etiópia.

Ainda que o fenômeno urbano seja decisivo para entender o papel da África no período da globalização, deve se ressaltar o fato rural africano (COUR, 2007), pois, mesmo passando por uma urbanização vertiginosa, o continente africano segue sendo a região com a maior população rural do planeta, compreendendo cerca de 600 milhões de pessoas. Em países como a Etiópia e o Quênia, por exemplo, a taxa de urbanização está em torno apenas de 20% (COUR, 2007).

A condição periférica no seio da divisão internacional do trabalho no mundo contemporâneo implica que o fato urbano africano esteja, em certa medida, dissociado do crescimento econômico. Isto, pois, tal processo de urbanização subordina-se largamente aos países centrais do capitalismo mundializado. Assim sendo, ao que tudo indica, frente ao processo de globalização, a urbanização não parece ser garantia de desenvolvimento das estruturas econômicas e sociais para os africanos.

Dessa maneira, traço de uma formação socioespacial periférica, a desigualdade socioterritorial é fortemente presente na África. A falta de acesso aos bens e serviços que conferem a condição cidadã (SANTOS, 1987), bem como as suas implicações, fazem parte da vida dessas urbes: desemprego, precário sistema de transporte público, poluição do ar, do solo e das águas, violência, falta de acesso à água tratada e a alimentação, entre outros, são fatos cotidianos.

Na última década, o número de “favelados” (habitantes dos *slums* quenianos, das *townships* sul-africanas, das *musseques* angolanas, por exemplo) mais que duplicou na África Subsaariana, chegando ao número de 200 milhões de pessoas (ONU-HABITAT, 2012). Por outro lado, a classe média africana aparece como a mais pobre e menos homogênea do mundo: 180 milhões de africanos vivem com 2 a 4 dólares por dia.

Observa-se, mais uma vez, a inserção da região africana de modo periférico no processo de globalização, representando, no ano de 2008, apenas 3,2% do comércio mundial, 1% da produção industrial e concentrando 3,4% dos investimentos diretos estrangeiros.

Do ponto de vista das redes geográficas, a posição subalterna africana, evidencia-se, entre outros, no referente à posição marginal em relação aos fluxos aéreos mundiais (MWANZA; DOBRUSKES, 2007), bem como na lógica extravertida de sua modesta rede ferroviária. A questão da acanhada inserção nas redes globais evidencia-se ainda, quando Buchy (2015) afirma serem apenas 167 milhões de africanos os que tinham acesso à internet no ano de 2013, ao passo que 37% da população possuía telefone celular (JEAN, 2015).

Ressalta-se, também, que inúmeras foram as difíceis trajetórias pelas quais passaram os africanos, seja com a pilhagem colonial ou após o *Soleil des Indépendances*, importando planos de reestruturação políticas e econômicas; seja adotando o modelo capitalista ou implementando regimes socialistas sem adequação às realidades nacionais dentro do continente. Tais tramas, sob distintas demandas e anseios, mantiveram-se atreladas à ideologia do planejamento da pobreza (Santos, 1978) no continente africano.

Eis uma questão demasiada imbricada, pois alinhava as necessidades africanas e a dinâmica do sistema-mundo como um todo, lócus de um amplo processo de competição entre regiões, que tem, já há algumas décadas, o neoliberalismo como diretriz primeira.

Daí a adoção do receituário liberal e privatista ter sido alvo de críticas a instituições como o “*New Partnership for Africa’s Development*”⁶ acusada de, por meio dessas práticas, aprofundar a desigualdade no continente africano.

O desafio de combater as desigualdades socioterritoriais passa, não apenas por inserir satisfatoriamente o continente africano na dinâmica do sistema-mundo, mas integrar a África internamente, construindo, de fato, verdadeiras redes nacionais e regionais. Isto, pois, as redes e infraestruturas africanas, tanto no período colonial, quanto mais recentemente no período da economia globalizada, seguem o padrão da extroversão, atendendo a demandas estranhas aos africanos (POUTIER, 2007).

Parece-nos, então, que o grande desafio ao pensar sobre o futuro africano, bem como em qualquer outro continente que esteja em relação de subordinação ao centro do sistema, é fazer com que a redução de desigualdades socioespaciais esteja intimamente relacionada a um projeto político e econômico em consonância com as urgentes pautas sociais destes lugares. Assim, o motor da vida de relações, e não do crescimento econômico acompanhado de acumulação, seria, enfim, o principal projeto de emancipação destas nações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos um período no qual, mais do que nunca, mostra-se a necessidade de buscar, a partir de políticas e reflexões produzidas internamente às nações e de cunho social, as próprias soluções, aproveitando-se da criatividade do sul do mundo – antídoto ainda em tempo contra demandas estranhas à essa região, pois subordinadas no âmbito do sistema-mundo.

Quando se fala de sul do mundo, pensando em mudar o destino dessa (imensa e complexa) região e conferindo-lhe autonomia, devemos ter em mente os aspectos que nos unem enquanto formações socioespaciais periféricas, assentadas a um só tempo sobre a riqueza e a diversidade culturais e a desigualdade socioterritorial abrigadas nos lugares, compartilhando muito de nossas histórias, principalmente aquelas atreladas às resistências e insurgências.

Segundo Saraiva (2015), estamos vivendo um momento de “redescoberta mútua”, crescendo o interesse e o intercâmbio entre o Brasil e a África e avolumando-se trabalhos como o de Farias (1996), um dos militantes pioneiros em defesa dessa aproximação.

Da mesma maneira, destacam-se iniciativas como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996, instituição que estreitou os laços entre o Brasil e parte da África, e, sobretudo, a implementação da Lei Federal 10.639 de 2003, a qual torna obrigatório nas escolas públicas e particulares brasileiras o ensino básico da história e cultura africanas.

Que essa aproximação, ainda que canhestra, seja um caminho conjunto para pensarmos nas realidades dos ditos países marginais com relação à dinâmica da globalização. Refletir a partir dos lugares, entendendo a região enquanto um subespaço dotado de vida e demandas comuns é o único modo de fazer recuar os contrastes e desigualdades das formações socioespaciais periféricas.

Nota-se, abdicar de propostas, práticas e saídas baseadas na própria realidade espacial, significa dar continuidade ao processo de colonialismo, assumindo a posição reticente do colonizado. O saber, a diversidade de experiências e materiais é a riqueza do chamado terceiro mundo, a plural terra dos “suis” - da qual nos fala, cada qual a sua maneira, Fanon (2012 [1964]); Santos & Meneses (2010) ou Morin (2011).

Nesse sentido, urge asseverar que estruturas, formas e funções que parecem demonstrar o caos numa perspectiva eurocêntrica e ocidental, sinalizam apenas para uma distinta maneira de organizar o espaço, cuja condição é resultado de diferentes visões de conceber os elementos constituintes do lugar, traço das formações socioespaciais africanas.

Ora, como exposto, trata-se a África de uma imensa amálgama de regiões e lugares, composição resultante de um profundo e complexo processo histórico cindido e reconfigurado pela história da expansão do capitalismo. Dos seus distintos papéis na divisão territorial do trabalho, não podemos deixar de ressaltar a luta por autonomia edificada sobre a pilhagem colonial e a ainda expropriação de seus recursos pelos países do centro do sistema. Reafirmamos, portanto, a sua riqueza político-cultural, a qual coloca em questão a visão unitária de uma única África em constante subalternização ao restante do mundo.

Lembramos o fato urbano africano, o qual demonstra um crescimento e uma projeção mais preocupante ainda para os próximos anos. Tal situação, não acompanhada de severas políticas públicas que garantam a cidadania plena, adverte para, talvez, o maior desafio das formações socioespaciais africanas no período contemporâneo: consolidar um crescimento econômico, reafirmando suas estruturas internas e resolvendo o problema da desigualdade socioterritorial de suas cidades.

Urge pontuarmos que em tais realidades urbanas contraditórias o espaço público é tido como abrigo, ou seja, o lócus da possibilidade de sobrevivência, do comércio, das trocas, das alternativas e não apenas uma área de passagem. Não à toa, entre outros, destaca-se (1) em diversas formações socioespaciais africanas – Quênia, África do Sul, Zâmbia e Zimbábue, são alguns exemplos – a presença de um vivo comércio alimentar de rua garantindo uma dinâmica econômica própria e histórica, além de alternativas para a segurança alimentar dos cidadãos urbanos (WATSON; BATTERSBY, 2018) e (2) a potência da cultura de rua, associada com frequência às narrativas anti pós-coloniais (BIAYA, 2004), como o caso do hip hop – conhecido como cultura das ruas e fruto da diáspora africana (assim como, entre outros, o blues, o soul, o dub ou o reggae) – uma vez surgido do encontro entre negros nascidos nas Antilhas e nos Estados Unidos (ALVES, 2014; RAIBAUD, 2016). Ressaltamos, assim, o hip hop em Angola (BUIRE; SIMETIÈRE, 2010), nutrindo o orgulho nos espaços urbanos de pertencer ao continente africano.

É nesse viés a nossa afirmativa de uma busca por uma construção de territórios nos quais os contrastes e multiplicidades de sotaques regionais, portem menos o entrave da desigualdade que o trunfo da diversidade – rica e decisiva característica do “sul do mundo”.

NOTAS

3 Reconhecemos o equívoco de análises generalistas da totalidade do continente africano e da necessidade do uso da noção de formação socioespacial (Santos, 1977) para um estudo mais aprofundado sobre a realidade de cada país deste continente (Santos, 2018). No entanto, aqui propomos trazer uma análise da condição do continente africano no conjunto de continentes na divisão internacional do trabalho no período contemporâneo, sem nos determos a algum país específico.

4 Na Argélia, constatou-se em trabalho de campo realizado entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019, que muitos cidadãos ao serem indagados sobre sua nacionalidade reivindicavam-se como *argelino cabila* ou *argelino tuaregue*, por exemplo.

5 Ao discorrer sobre a finalidade do ensino de Geografia, Kropotkin (1885), afirma que um dos principais objetivos da ciência geográfica seria o “de combater os preconceitos que nos foram inculcados em relação às chamadas “raças inferiores” – e isto numa época que tudo nos leva a crer que os contatos que vamos ter com elas vão ser cada vez mais intensos. Quando um político francês proclamava recentemente que a missão dos europeus é civilizar essas raças – ou seja, com as baionetas e as matanças [genocídios] – não fazia mais do que elevar à categoria de teoria esses mesmos fatos que os europeus estão praticando diariamente [notadamente na África e na Ásia, no final do século XIX]. E não poderia ser de outra maneira, pois desde a mais tenra infância inculca-se o desprezo pelos “selvagens”, ensina-se a considerar como se fossem verdadeiros crimes determinados hábitos e costumes dos “pagãos”, a tratar as “raças inferiores”, como são chamadas, como se fossem um verdadeiro câncer que somente deve ser tolerado enquanto o dinheiro ainda não penetrou. Até agora os europeus têm “civilizado os selvagens” com whisky, tabaco e sequestros; os têm inoculado com seus vícios; os têm escravizado. Porém, é chegado o momento em que nos devemos considerar obrigados a oferecer-lhes algo melhor – isto é, o conhecimento das forças da natureza, a ciência moderna, a forma de utilizar o conhecimento científico para construir um mundo melhor”.

6 Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

REFERÊNCIAS

ABOUHANI, Abdelghani (Org). **Pouvoirs locaux et systèmes municipaux dans le monde arabe**. Rabat: Institut National d’Aménagement et d’Urbanisme, 2006.

ALVES, Cristiano Nunes. **Os circuitos e as cenas da música na cidade do Recife: o lugar e a errância sonora**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

BARBOSA, Muryatan Santana. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (Unesco)**. Tese (Doutorado em história), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

BELOEIL-BENOIST, Yves Jean. Le poids Du passe précolonial em afrique. **Dossier: L’Afrique, c’est reparti?** Espace Prépas, n. 159, p. 58-61, Décembre-Janvier, 2014-2015.

BESSET, Frédéric. Le temps de l’Afrique? **Dossier: L’Afrique, c’est reparti?** Espace Prépas, n. 159, p. 52-57, Décembre-Janvier, 2014-2015.

BIAYA, Tshikala K. Jeunes et culture de la rue em Afrique urbaine. (Addis-Abeba, Dakar et Kinshasa), **Politique africaine**, n. 80, p. 12-31, 2004.

BUCHY, Frédéric. Les poids Du passe précolonial em afrique. **Dossier: L’Afrique, c’est reparti ? l’urbanisation de l’Afrique: ancrage dans la mondialisation**. p. 62-67, 2015.

- BUIRE, Chloéet; SIMETIÈRE, Arnaud. Les désirs d'être du hip hop à Luanda. **Géographie et cultures** [Enligne], n. 76, 2010.
- CHARLES, Arlindo José; MARQUES DE SÁ, Lucilene Antunes Correia. Cartografia histórica da África: mapa cor de rosa. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty. **Anais [...]**. Paraty, 2011.
- COUR, Jean-Marie Cour. Peuplement, urbanization et développement rural en Afrique subsaharienne: un cadre d'analyse démo-économique et spatial. **Afrique contemporaine**, n. 223-224, p. 363-401. 2007.
- DEJEAN, Frédéric. L'évangélisme et le Pentecôtisme. **Géographie et cultures** [Enligne], n. 68, 2008.
- DENEUX, Jean-François. **Histoire de la pensée géographique**. Paris: Belin, 2006.
- DOLLFUS, Oliver. Geopolítica do sistema-mundo. In: SANTOS, M. et al (orgs). **O novo mapa do mundo: fim século e globalização**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993. Pp. 23-45.
- FANON, Frantz. **La question anticoloniale: Chroniques de revolte (1952-1959)**. Argel: Tafat, 2012 [1964].
- FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. Enquanto isso, do outro lado do mar... os Arokiné a identidade iorubá. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, p. 139-155, 1996.
- FOSTER, Vivien; BRICEÑO-GARMENDIA, Cecilia. **Africa's Infrastructure: a Time for Transformation**. Agence Française de Développement and the World Bank. 2010.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação da culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989 [1973].
- GOTTMANN, Jean. The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**, v. 14, n. 3, p. 29-47, ago. 1975.
- HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo, Hucitec, 1978.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2014.
- JEAN, Catherine Jean. **L'Afrique dans le monde, le monde em Afrique?** Dossier: L'Afrique, c'est reparti? l'urbanisation de l'Afrique: ancragedans La mondialisation. 2015. p. 68-75
- KAYSER, Bernard. Urbanisation de l'Afrique. In: SANTOS, Milton. **Tiers-Monde**, tome 12, n. 45, La ville et l'organisation de l'espace dans les pays en voie de développement. p. 229-232, 1971.
- KROPOTKIN, Piotr. **What Geography ought to be**. Antipode: a Radical Journal of Geography, v.10/11, n. 1/3, p. 6-15, 1976
- LENCIONI, Sandra. Região e geografia; a noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 187-204.
- LÉPINE, Claude. A África e a construção das identidades afro-brasileiras. **Caderno UNIAFRO 2**, Londrina, v. 2, p. 28-37, 2007
- LIMA, Solange M. Couceiro de; BACCEGA Maria Aparecida. Manipulação e construção da identidade da África Negra na imprensa brasileira. **África**, n. 16-17, p. 157-165. 1994.
- MARC, Alexandre; VERJEE, Neelam; MOGAKA, Stephen. **Reveler lês défis de l'stabilité et de la sécurité en Afrique de l'Ouest**. Agence Française de Développement et la Banque mondiale, 2015.
- MARGUERAT, Yves. **L'urbanisation de l'Afrique et sés consequences**. Annalle universitaire Bénin, 1992. t. 12, p 135-144.
- MWANZA Hugo Mwanza Wa; DOBRUSZKES, Frédéric. Marginalisation et dépendance aérienne de l'Afrique sub-saharienne. **Belgeo**, n. 7, 203-226. 2007

- MORICONI-EBRARD, F., HARRE, D. HEINRIGS, P. **L'urbanisation des pays de l'Afrique de l'Ouest 1950-2010**: Africapolis I, mise à jour 2015, de l'Afrique de l'Ouest, Éditions OCDE, Paris. 2016.
- MORIN, Edgar. **Para um pensamento do sul**: diálogos com Edgar Morin. Rio de Janeiro: SESC, 2011.
- ONU-HABITAT. **The State of African Cities**. United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT), 2012.
- PAIM, Márcio. **Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro Na Casa De Meu Pai**. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, ano 7, n. 13, jul. 2014.
- PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas africanas no Brasil. **África**: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, São Paulo, 27-28: 63-89, 2007.
- POURTIER, Roland. Les chemins de fer en Afrique subsaharienne, entre Le passe révolu et des composition sin certaines. **Belgeo**, n. 6, 2007.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAIBAUD, Yves. Musique noire. **Géographie et cultures** [Enlignre], n. 76, 2010.
- RÉVEILLARD, Christophe. Les conflits de type infra-étatique em Afrique. **Géostratégiques**, n. 25, p. 193-199, oct. 2009.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In SOUZA, Maria Adélia de. (et al). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 29-40.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África no século XXI**: um ensaio acadêmico. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.
- SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- SANTOS, Jocélio Teles dos; SANTOS, Luiz Chateaubriand C. dos. Pai de santo doutor: escolaridade, gênero e cor nos terreiros baianos. **Afro-Ásia**, n. 48, p. 213-236. 2013.
- SANTOS, Kauê Lopes dos. Ouro para fora, lixo para dentro: as inserções de Gana na divisão internacional do trabalho contemporânea e a recommodização da economia. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 22, n. 3, p. 607-622, 2018.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- SANTOS, Milton. A divisão social do trabalho como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos In: SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2010 (1978). p. 55-76.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2010 [1977]. p. 21-41.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988 [1984].
- TROTSKI, Leon. **A revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007 [1929].
- WATSON, Vanessa; BATTERSBY, Jane. **Urban Food Systems Governance and Poverty in African Cities**. Routledge: London, 2018.